

Mercado vê economia em desaceleração em 2024



Movimento do comércio na rua Gonçalves Dias, no centro do Rio de Janeiro

Economia está devagar, quase parando, avaliam consultorias

Expectativa é de aceleração no 2º semestre, mas PIB deve crescer a metade do ano passado

Fernando Canzian São Paulo A economia brasileira em 2024 começa a desacelerar, quase parando, o que confirmaria, por ora, a expectativa de um crescimento neste ano que deve chegar apenas a metade da que do ano passado — cerca de 1,5% ante 3% em 2023. Institutos e consultorias estimam que tenha sido negativa ou muito baixa a taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no último trimestre de 2023 em relação ao primeiro trimestre de 2024, expectativa é a mesma. O Ibré FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) avalia que o crescimento do PIB no último trimestre de 2023 tenha ficado em zero e projeta queda de 0,4% nos primeiros três meses de 2024, sempre em relação ao trimestre anterior. A consultoria Tendências avalia ter havido queda de 0,4% no último trimestre e prevê a de 0,5% no primeiro trimestre. Segundo o MB Assessoria, os números seriam zero e 0,2%, respectivamente. Patrícia Matos, coordenadora do Boletim Macro Three FGV, diz que aspectos tornam o crescimento de 2024 difícil. O primeiro é que o chamado crescimento estatístico (ou impulso) do PIB do fim de 2023 para 2024 será menor do que foi o de 2022 para 2023. Naquela ocasião, esse crescimento foi de 0,9%, o que significa que a economia teria crescido 0,9% em 2023 mesmo que a atividade parasse. Agora, o impulso é de apenas 0,2%, pois houve desaceleração no segundo semestre do ano passado. Outro ponto é que o chamado PIB exógeno — que inclui externalidades ao ciclo normal da economia — foi de 1,7% em 2023, puxado sobretudo pelo aumento de 6,2% do PIB agropecuário. Neste ano, o componente exógeno seria de apenas 0,5%, com queda estimada de 3,4% no PIB agrícola, segundo cálculos feitos pelo Ibré. Incertezas com a situação

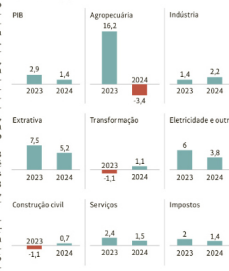
fiscal do país também devem continuar pressionando nas decisões de investimentos produtivos, apesar da expectativa de queda nos juros neste ano. “O fiscal fez da água para o vinho, de um superávit primário [de 1,2% do PIB] em 2022 para um déficit em 2023 [de 1,2%, já descontados R\$ 9,4 bilhões para pagamento de precatórios]”, diz Matos, que estimava déficit neste ano, de 0,8% do PIB. Déficit ou superávit primário nos impactos diretos na relação entre a dívida pública e o PIB, principal conceito de solvência de um país. Quando há superávit, a dívida pública cai e o contrário se dá quando há déficit. Por enquanto, a meta do Ministério da Fazenda para o resultado fiscal deste ano é déficit zero. Para o crescimento do PIB, calcula 2,2%, acima da média de 1,03% das previsões no chamado Boletim Forecasting Central, que estimam 1,6%. Nos últimos dois anos, o PIB cresceu bem acima das previsões: em 2022, esperava-se 0,4%, e a alta foi de 2,6%. Em 2023, 0,8% e deve ter chegado a 3%. Mas foram anos atípicos, com muito gasto público. Desde o início deste século, a economia tem cres-

cido pouco abaixo de 2% ao ano, em média. Segundo Alessandra Ribeiro, diretora de Macroeconomia da Tendências, é possível que a economia gire melhor no segundo semestre, quando o atual processo de redução da taxa básica de juros (a Selic) estiver mais avançado. “Em 2023, tivemos uma queda de 2,5% nos investimentos, que podem aumentar cerca de 2,5% neste ano com a melhoria das condições de crédito, impulsionando o crescimento industrial e construção civil”, afirma. No ano passado, segundo o Ibré, a indústria ficou estagnada, oscilando 0,2% em relação a 2022. Prevendo alta de 2,5% no PIB de 2024, Ribeiro afirma que é difícil dizer se, passados os anos atípicos de 2022 e 2023 — de muito gasto público — o Brasil teria voltado ao “normal” com taxas moderadas. “Os economistas estão habendo cabeça para entender se o potencial da economia mudou por causa das reformas aprovadas desde 2016 [como as trabalhistas e previdenciárias]”. No emprego, por exemplo, o Brasil fechou o último trimestre de 2023 com taxa de desocupação de 7,4%. No mercado formal, houve redução líquida de 1,4 milhão de contratações. Mas 2,4 milhões (98%) foram em contratos permitidos pela reforma trabalhista, como intermitentes, por menos de 30 horas semanais. Para 2024, Ribeiro estima que o rendimento médio habitual dos trabalhadores também cresça menos que no ano passado: 1,5% ante 5% em 2023. Em sua opinião, isso deve impactar negativamente o consumo. Por outro lado, tem havido decompressão no nível de endividamento das famílias. Felipe Teógenes, economista chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, afirma que recentemente revisou para baixo sua expectativa de crescimento do PIB (para 1,8%) neste ano. “No comércio, dependemos 100% de PIB, de animação de dinheiro no bolso do consumidor, de crédito na rua. Quando as expectativas não são tão boas, nosso setor sente mais

desânimo no bolso do consumidor, de crédito na rua. Quando as expectativas não são tão boas, nosso setor sente mais...”. Segundo cálculos de Sérgio Vale, economista chefe da MB Assessoria, descontando gastos com precatórios, a despesa do governo aumentaria 8% em termos reais em 2023, fruto essencialmente da PIB da Transição aprovada no fim de 2022. Para este ano, o gasto estatal (sem precatórios) deve crescer bem menos, cerca de 2% (R\$ 4 bilhões), limitando seu impulso sobre a economia. Vale estima que, para o governo alcançar a meta de déficit zero neste ano, precisa aumentar a receita em pouco mais de R\$ 18 bilhões, “o que certamente não vai acontecer”, diz. “Na melhor das hipóteses, com um conjunto de impacto via crescimento e esforço arrecadatório, o governo pode conseguir metade disso, R\$ 9 bilhões”, afirma — o que levaria a um déficit de 0,8% do PIB. Para o economista Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento da FGV, um dos obstáculos para acelerar o crescimento é o baixo nível de investimentos na economia brasileira. Segundo o Ibré, no terceiro trimestre de 2023 (último disponível), a taxa de investimento no país foi de 16,6% do PIB, com queda em relação ao mesmo período de 2022 (18,3%). Muitos economistas estimam que, para o Brasil crescer de forma sustentável, essa taxa deveria estar mais próxima de 26%. Para Marconi, mesmo que a Selic siga caindo, a taxa real de juros (taxa de inflação) continuará alta no Brasil, impactando as decisões de empresários entre investir mais na produção ou deixar o dinheiro rendendo no mercado. “De qualquer forma, com o investimento baixo, não vamos ter uma retomada significativa”, afirma. No final de 2023, outros indicadores de atividade mostram, no entanto, que houve crescimento em relação a 2022. O consumo de energia no setor comercial, por exemplo, foi cerca de 11,2% maior, na média de novembro e dezembro, em relação aos mesmos meses de 2022. O residencial, quase 13% maior na mesma comparação, segundo dados da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Segundo Thiago Ivanovski, diretor da EPE, parte do aumento deve ser atribuída ao calor mais intenso no final do ano passado, que levou a gestores maiores com aparelhos de ar condicionado. No setor de papel e papelão, usado em embalagens, o crescimento nas vendas em 2023 foi de 0,2% acima de 2022. Segundo José Carlos da Fonseca Júnior, presidente-executivo da Associação Brasileira de Embalagem em Papel (Abepapel), o setor é muito sensível a mudanças no consumo e suas variações determinam o desempenho da área. Fonseca atribui algum aumento a mudanças nos hábitos dos consumidores, pois compras online requerem embalagens de papelão para serem entregues. Por último, o tráfego de veículos em prazos de pedágio em rodovias federais concedidas teve alta de 4,5% no ano passado em relação a 2022, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Economia perde força

Previsões de variação, em %



Contribuição para o crescimento

Previsões, em pontos percentuais



Previsão do mercado para 2024

Previsões, em %

Table with 2 columns: Indicator and Value. PIB: 1,6%; Selic: 9%; IPCA: 3,81%; Déficit primário: 0,8% do PIB; Dólar: R\$ 4,92.

* PIB cíclico considera apenas os setores mais diretamente relacionados ao ciclo econômico. O PIB exógeno considera impostos, como uma série recente no preço de commodities além por fatores externos. ** Cota de 100 instituições participantes do Sistema Expectativas do Mercado de Bens e Serviços. Disponível em: 26 jan 2024. Fontes: Ibré FGV e Banco Central.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15